



## O panegírico como proposta de redação e seu caráter argumentativo

Leni Ribeiro Leite\* e Luiza Helena Rodrigues de Abreu Carvalho

Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910, Vitória, Espírito Santo, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: [leni.ribeiro@gmail.com](mailto:leni.ribeiro@gmail.com)

**RESUMO.** Este artigo tem como objetivo analisar comentários acerca de uma proposta de redação do vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo no ano de 2014 para ingresso em 2015. A questão, que propunha a escrita de um panegírico, foi tanto vituperada, quanto elogiada por alguns professores de cursinhos pré-vestibulares da cidade de Vitória-ES. Procuramos mostrar, através da análise dos *Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio* (PCNEM) (Brasil, 2000), que regem o currículo escolar brasileiro, e do quadro de referência do que é esperado do estudante na produção textual no vestibular da Ufes, publicado pela Comissão Coordenadora de Vestibular (CCV), a adequação da proposta às competências exigidas do aluno, bem como identificar, ainda, a manutenção de métodos conservadores no ensino de Língua Portuguesa no cenário capixaba. Por fim, buscamos ilustrar o uso do elogio e da censura em outros gêneros textuais que podem ser trabalhados no ensino médio.

**Palavras-chave:** gênero textual; produção de texto; parâmetros curriculares nacionais; ensino de português.

### Panegyric in admission exams and its argumentative aspect

**ABSTRACT.** In this paper, we analyze the comments found in two different media about a question proposed by the board of examiners of the writing composition admission exams (*vestibular*) to the Federal University of Espírito Santo in 2014. The question, the composition of a panegyric, was both criticized and praised by teachers who worked with the preparation of candidates to the exam in the city of Vitória, ES. Our analysis, based on the National Standards for High School (Brasil, 2000) that dictate the syllabus of schools in Brazil and on the frame of reference for correction of the exams, published by the University Committee (CCV), tries to evaluate the level of adequacy of the proposed question, when compared to the abilities the student should have acquired, as well as identify the permanence of conservative methods of teaching the Portuguese language in schools in the state. We also illustrate the use of praise and blame in other genres of texts that can be taught at the high school level.

**Keywords:** textual genre; writing composition; National Standards for High School; portuguese teaching.

### Introdução

A prova de redação do vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo para ingresso no ano de 2015 surpreendeu uma grande parcela de alunos finalistas do ensino médio, vestibulandos e professores de escolas e cursos pré-vestibulares. O enunciado da primeira questão da prova de redação daquele concurso pedia ao aluno que escrevesse um 'panegírico', gênero literário não apenas pouco usual em provas de concursos vestibulares, mas em geral ausente dos programas e dos livros que se propõem a lidar com gêneros textuais nos ensinos fundamental e médio. Este artigo pretende analisar a questão a partir da história do gênero e de suas características, bem como discutir sua proposição como texto de tipo argumentativo.

A questão era a primeira que se apresentava no caderno de provas, aplicado no dia 14 de dezembro de 2014, conforme Figura 1.

Como se pode observar, o enunciado da questão trazia uma breve explicação do que seria um panegírico, além de fornecer dois textos sobre o tema geral da questão: o primeiro, o verbete 'ética', retirado do *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antonio Geraldo da Cunha; o segundo, um outdoor da agência MP publicidade. No primeiro, a ética é caracterizada como um 'ramo de conhecimento', uma área de estudos sobre as considerações de bem ou mal segundo determinada época. A ética, como área de estudos da filosofia, "[...] se refere à conformação, ou não, dos hábitos e comportamentos individuais aos usos e costumes que cada sociedade institui para si" (Valle, 2001, p. 178).

**1ª QUESTÃO (4,0 PONTOS)**

Elabore um **panegírico** (discurso elogioso a alguém ou a algo), **em prosa**, tendo como base os textos da coletânea.

**"ética** *sf.* ramo de conhecimento que estuda a conduta humana, estabelecendo os conceitos do bem e do mal, numa determinada sociedade em determinada época [...]"

(CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 336).



(Outdoor da Campanha "Alguns valores não se compram", veiculado pela MP Publicidade, em 2002).

**Figura 1.** Primeira questão da prova de redação do vestibular da Ufes do ano de 2015.

Fonte: Ufes (2015).

Valle (2001) afirma ainda que esses hábitos são regidos por valores, normas e ideais que definem e constituem a sociedade em questão e que a sociedade ateniense, na Grécia Antiga, teria sido a primeira a instituir consciente e explicitamente um conjunto de normas e leis, originando, assim, a democracia ateniense. Podemos dizer então que a prova propõe, em seu primeiro texto, uma compreensão da ética como ciência, cujo objeto se relaciona com a justiça e deliberação de valores individuais e coletivos (Valle, 2001). Já no segundo texto, do outdoor, a semântica da palavra ética aparece aproximada, pela referência a uma propaganda de refrigerante, aos valores de nossa sociedade contemporânea. Propondo, portanto, o desenvolvimento de uma redação sobre ética, no diálogo entre o uso cotidiano e o filosófico da palavra, a questão requeria ainda um texto de elogio, ao caracterizá-lo como panegírico, gênero textual também com origens na Grécia Antiga, e que tem como lugar-comum a exaltação do que é justo.

### **As origens do panegírico e o conflito sobre o gênero**

O panegírico sempre se caracterizou, desde sua formação, como uma obra de tom laudatório; segundo Rees (2007), o panegírico teria sido originalmente um texto em versos. Muito cedo, no entanto, ainda no mundo grego clássico, o discurso de elogio ganhou uma feição em prosa, regida – como, a rigor, toda a demais produção literária da Antiguidade – pelas regras da arte retórica. A *Retórica* de Aristóteles já sistematizava essa arte, dando a ela

um caráter científico, mais do que pedagógico (Alexandre Junior, 2005). Sem dúvida a retórica não foi uma ciência idealizada por Aristóteles, mas

É, sim, o fruto da experiência consumada de hábeis oradores, a elaboração resultante da análise das suas estratégias, a codificação de preceitos nascidos da experiência com o objectivo de ajudar outros a exercitarem-se correctamente nas técnicas de persuasão (Alexandre Junior, 2005, p. 16).

A retórica nasce da oratória, anterior à sistematização das regras da persuasão. Devido à dificuldade em se definir com precisão a arte retórica, Alexandre Junior (2005, p. 24-25) oferece algumas aproximações: “[...] a arte de persuadir [...]”, ou “[...] a arte de falar bem [...]”, pois que uma depende da outra, isto é,

[...] para se falar bem é necessário pensar bem, e [...] o pensar bem pressupõe, não somente ter ideias e tê-las lógica e esteticamente arrumadas, mas também ter um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se crê.

Segundo Aristóteles, os gêneros retóricos eram três: o judicial, cujo objetivo era acusar ou defender; o deliberativo, cujo fim era aconselhar; e, por último, o epidítico, cuja finalidade era elogiar ou vituperar (Rees, 2007). Ainda em *Retórica*, Aristóteles se destaca de seus contemporâneos teorizadores sobre esta arte do bem falar, pois estes fundamentavam a persuasão no *pathos*<sup>1</sup>, ou seja, na incitação das emoções e no gênero judicial,

<sup>1</sup> É uma das três maneiras de persuadir os ouvintes, despertando-lhes as emoções (Alexandre Junior, 2005, p. 37). “Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (*Rh.*, 1356a).

negligenciando tanto os demais gêneros quanto a argumentação lógica, o silogismo<sup>2</sup>, (1354a, Alexandre Junior, 2005), enquanto aquele reservou espaço em sua obra para os três gêneros retóricos, e dava especial atenção à organização das ideias de forma lógica e ordenada, na busca pela persuasão.

O panegírico, como discurso elogioso, era uma das formas do gênero epidítico, que pode ser expresso em duas chaves: a do elogio e a do vitupério; este último foi, em geral, considerado menos importante (Pernot, 2005). De forma resumida, assim Aristóteles discorre acerca do elogio:

a) a finalidade do epidítico era a virtude ou o vício, o belo ou o vergonhoso: na chave do elogio, o epidítico busca o belo, que merece louvor porque é agradável e é “preferível por si mesmo”, e a virtude, que é a capacidade de fazer o bem e preservar as coisas boas independente das adversidades (*Rh.*, 1366a);

b) as virtudes mais notáveis são a justiça, a coragem, a temperança, a sabedoria e todas aquelas que são mais úteis às outras pessoas do que àquele que fala;

c) o que é virtuoso é necessariamente belo, assim como o contrário, e também as coisas que visam mais honras do que bens materiais ou que buscam o bem alheio antes do individual (1366b);

d) se um elogio é composto a partir das ações conscientes de um homem honesto, é preciso que o orador destaque o número de ações virtuosas que teve;

e) o elogio é feito a partir da amplificação das virtudes (1368a).

Pernot (1993, p. 659, tradução nossa), ao comentar as funções do elogio, explica que

Aristóteles, com efeito, caracterizou [o epidítico] como uma fala formal, ostentadora, destinada a mais mostrar o talento do orador que a pronuncia. [...] o elogio era limitado pela teoria a um papel de exibição gratuita<sup>3</sup>.

Nos termos latinos, o equivalente ao gênero epidítico é o demonstrativo, pois, assim como Aristóteles, muitos retores acreditavam ser este gênero mais de exibição e demonstração que propriamente informativo e que as emoções e o ânimo seriam elementos-chave na persuasão (Burgess, 1902). Já para Isócrates, o epidítico não possui a função expositiva, mas era através dela que se discursava polidamente, “[...] o ‘epidítico’ estava relacionado às qualidades da elocução, as quais o autor considera necessárias para tratar de assuntos

importantes, como aqueles de relevância para a Grécia” (Bertacchi, 2014, p. 133, grifo do autor).

Os tratados retóricos posteriores ao de Aristóteles, de autores latinos em especial, possuem um cunho mais didático-pedagógico que propriamente de sistematização. No *De oratore*, Cícero busca ensinar, através das personagens Antônio e Crasso, os melhores oradores da época, os preceitos retóricos e como empregá-los (Scatolin, 2009). Sua abordagem do epidítico é mais restrita; a principal diferença em seu tratamento não só do epidítico como dos demais gêneros retóricos, em comparação com Aristóteles, se dá principalmente pelo desvio do foco no discurso da persuasão para a figura do orador propriamente dito, além da ilustração das estratégias para alcançar a persuasão (Scatolin, 2009).

Cícero (*De or.*, II, 41-44) inicia sua abordagem do epidítico pela fala de Antônio, mostrando que o terceiro gênero do discurso, ou seja, o gênero demonstrativo, é útil, porém menos necessário e afirma ainda que não buscava preceitos na arte retórica (II, 49-50). Ainda que Cícero seja testemunha de certa marginalização do epidítico ante os outros dois gêneros, ele reconhece a importância do elogio ou da censura dentro da acusação, da defesa ou do aconselhamento (II, 347-349). Este reconhecimento textual se soma à prática, vislumbrado em discursos de Cícero como o *Pro Marcello*, que ilustra essa ligação intergenérica. No *Pro Marcello*, Cícero, ao pedir a benevolência de César em relação a Marcelo, apoiador de Pompeu durante a guerra civil romana, exalta as virtudes do governante, como sabedoria, autocontrole e clemência (Braund, 2012); em um texto facilmente classificável como pertencente ao gênero deliberativo, uma vez que o propósito é o aconselhamento de César quanto à propriedade de oferecer o perdão a um ex-inimigo político, o gênero epidítico aparece como força de argumentação.

Smith e Dominik (2011) afirmam que a finalidade das considerações de Cícero sobre a retórica era a manutenção da ordem republicana, dos ideais de moral e cidadania, além da estabilidade do estamento dominante. Essa manutenção da ordem tinha como instrumentos o elogio e o vitupério, pois esses mecanismos reiteravam as práticas que deveriam ser imitadas, quando virtuosas, ou censuradas, quando viciosas (Smith & Dominik, 2011). Já a partir do principado de Augusto, a composição de panegíricos em agradecimento aos imperadores se tornou prática trivial entre os escritores da literatura latina, como atesta Rees (2007), e muitos não chegaram à modernidade justamente pela enorme recorrência. Os panegíricos

<sup>2</sup> A primeira forma de persuasão, para Aristóteles, deve ser pela argumentação lógica, a segunda pelo caráter do orador, se ele é virtuoso ou não, e, por último, pelas emoções instigadas pelo orador na plateia (1356a).

<sup>3</sup> Aristote l'a en effet caractérisé comme une parole formelle, ostentatoire, destinée à montrer le talent de l'orateur qui la prononce. [...] l'éloge était cantonné par la théorie dans un rôle d'exhibition gratuite.

ajudavam a criar a imagem de uma sociedade harmônica, idealizada e pacífica, e de um governante protetor, mas temido por todo o império (Rosati, 2006). Habinek (2005) entende que o gênero epidítico, através da prática do elogio, não possuía compromisso com o verdadeiro, mas criava verdades e as tornava socialmente aceitas. A importância do gênero no período imperial romano se dá justamente pela criação e aceitação pelos cidadãos destas verdades que tinham como objetivo promover os feitos do imperador e popularizá-lo em todo o extenso território (Rosati, 2006).

Quintiliano (*Institutio oratoria*, III, 3, 14-15; III, 4, 4-9), autor que viveu durante o período imperial romano, dá nota da importância dos discursos de louvor ao elevar o gênero epidítico à mesma categoria do deliberativo, nomeando ambos como gêneros extrajudiciais, em oposição a Cícero e outros autores que, na esteira de Aristóteles, separam os gêneros retóricos em três, como vimos. Quintiliano une-se a eles, porém, ao entender que o elogio poderia ser usado dentro de outros gêneros, como o judicial, sendo útil na caracterização das testemunhas, por exemplo (VII, 2), e também o deliberativo, já que normalmente se elogia aquilo que vai ser aconselhado (III, 7, 28). O gênero demonstrativo, segundo Quintiliano, possuía, sem dúvida, função argumentativa, pois, independente do que ou de quem se está elogiando, são necessárias provas para a composição do louvor (III, 7, 4).

Cumprir registrar ainda que a Antiguidade já entendia que a complexidade do gênero epidítico na sua forma laudatória não está apenas relacionada com a retórica e os gêneros forense e deliberativo, mas também com a literatura. As manifestações poéticas da Antiguidade tinham a finalidade de deleitar quem as escuta ou as lê, ou comemorar alguma ocasião, assim como as composições propriamente elogiosas no período imperial (Russell & Wilson, 1981, p. xxxii). Menandro Retor, autor grego do século III, que escreveu dois tratados *Sobre o epidítico*, a fim de sugerir como compor textos de vários tipos nesse gênero, discorre sobre as principais características do epidítico, indicando, dependendo do tipo de composição, que elas sejam feitas em versos (I, 335, 5 apud Russell & Wilson, 1981), o que mostra a plasticidade do gênero, da retórica à literatura.

Ainda na Antiguidade, a retórica começou a perder forças como disciplina independente, pois passou a ser vista, segundo afirma Quintiliano (*Institutio oratoria*, II, 16, 34), como uma maneira de fazer parecer boa uma causa ruim. No período do principado de Augusto, em que, segundo Curtius (1996, p. 103-104), “[...] o discurso político teve de

emudecer [...]”, os gêneros judicial e deliberativo, principalmente, tornaram-se disciplinas nas escolas de retórica como exercício das *declamationes* (Curtius, 1996). Em contrapartida à diminuição dos gêneros que possuíam “[...] aplicabilidade civil [...]” (Rees, 2007, p. 137), observou-se a ascensão do epidítico, em especial na produção do elogio, que exercia importante papel político cultural (Rosati, 2006). Já no medievo, a retórica estava reduzida ao estudo de figuras de linguagens, que auxiliavam na análise de textos literários antigos e modernos (Curtius, 1996). Segundo Alexandre Junior (2005, p. 31-32), foi exatamente a necessidade classificatória das figuras, em contraposição ao caráter filosófico da *Retórica*, que causou seu desprestígio, transformando-a “[...] em [uma] disciplina errática e fútil”.

A partir de meados do século XX, porém, uma série de iniciativas têm posto a retórica sob nova luz. O novo interesse nos estudos do discurso, de maneira geral, e da persuasão, de forma mais particular, propulsionados pela linguística, deram azo a redescoberta da retórica, não mais como enfadonha lista de figuras, mas como ciência da organização da palavra. Como exemplo, cite-se a *Lógica jurídica: nova retórica*, de Chaïm Perelman, dividida em duas partes: a da elocução, cujo estudo baseia-se na produção literária, e a da argumentação, cuja finalidade é a produção persuasiva. Segundo o autor, a retórica “[...] é o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas a seu assentimento” (Perelman, 2004, p. 141). Os estudos contemporâneos de *Análise do discurso e pragmática* conhecem bem e compreendem a ‘retórica’ em sua função de explicar como se chega a um resultado através de certos usos dos enunciados: o discurso de elogio é reconhecido, como na Antiguidade, como parte importante da estrutura da argumentação. Ainda de acordo com Perelman (1999, p. 66-67), o epidítico é

[...] um combate contra objeções futuras; e um esforço para manter o lugar de certos juízos de valor na hierarquia ou, eventualmente, conferir-lhes um estatuto superior. A esse respeito, o panegírico é da mesma natureza que a exortação educativa dos mais modestos pais. Assim, o gênero epidítico é central na retórica. [...] as premissas nas quais se apóiam os discursos deliberativos e judiciais, [...] são juízos de valor. Ora, essas premissas, é preciso que o discurso epidítico as sustente, as confirme.

Observamos, portanto, a partir das especificações do gênero cuja finalidade é o elogio, que desde a Antiguidade este é compreendido dentro da estrutura lógica da argumentação, com vistas ao debate, com uso de premissas, exemplos, justificativas. Estes últimos nos parecem estar presentes no que hoje entendemos como

elementos característicos de um texto de tipo argumentativo ou dissertativo, tal como estabelecidos na prática educativa, baseada nos *Parâmetros curriculares nacionais* (Brasil, 2000) que regem a educação do Brasil.

### A produção textual segundo os PCN

Nos níveis fundamental e médio, são os parâmetros curriculares nacionais que dirigem as práticas de ensino, os métodos teórico-metodológicos a ser utilizados, assim como a postura dos profissionais da área no âmbito escolar. A ênfase em nossa discussão será dada aos PCN do Ensino Médio, também chamados PCNEM, já que estamos tratando de uma questão de concurso vestibular, ainda que a produção textual seja prática também das séries iniciais, como indicam os PCN.

Os *Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio* foram publicados no ano 2000, três anos após a publicação dos PCN do Ensino Fundamental. Sobre a área de Língua Portuguesa e suas Tecnologias, o destaque se encontra não no ensino de língua materna em sua função de disciplina, mas na reflexão “[...] sobre o uso da língua na vida e na sociedade [...]” (Brasil, 2000, p. 16), por meio da interdisciplinaridade. Neste ponto, difere da prática anterior, em que a disciplina de Língua Portuguesa era dividida pela *Lei de diretrizes e bases* do ano de 1971 (Brasil, 1971) entre Língua e Literatura, sendo a primeira em geral reduzida às nomenclaturas gramaticais e Redação e a segunda, à Literatura Brasileira. Ao que parece, no entanto, grande parte das escolas ainda hoje segue essa divisão proposta por uma lei promulgada ainda no período da ditadura civil-militar.

Para os PCN do Ensino Médio, o ensino de Língua Portuguesa deve visar o saber linguístico dos alunos tendo como finalidade primeira a comunicação, já que ela é a base de todas as ações. As situações comunicativas são entendidas pelos PCNEM como

[...] um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, usando a língua como instrumento que o define como pessoa entre pessoas. A língua compreendida como linguagem que constrói e ‘desconstrói’ significados sociais (Brasil, 2000, p. 17, grifo do autor).

Na LDB<sup>4</sup> de 1996, Art. 22, há a definição de que a finalidade da disciplina na Educação Básica é “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe formação

indispensável para o exercício da cidadania [...]” (Brasil, 1996), ou seja, o ensino da língua materna deve estar relacionado às práticas comunicativas e ao exercício da cidadania. Já no Art. 26, a Lei reconhece o domínio da língua pelo aluno, já que é falante nativo, em diferentes níveis sociais. O aluno, portanto, conhecedor da língua, deve desenvolver nas aulas de Língua Portuguesa habilidades de se comunicar de maneira crítica e adequada em qualquer situação. Reconhece-se ainda que a língua define valores socioculturais, já que é nela que as ideias são representadas ética, estética e politicamente (Brasil, 2000).

A interação, seja ela escrita ou oral, é dada através do texto e não se pode desvincular o texto de seu contexto histórico-social, nem político-cultural (Antunes, 2005). Por isso, é pelo texto contextualizado que devem ser ensinados os tópicos gramaticais, gêneros textuais, semântica e questões formais em relação à língua, e não “[...] deslocadas do seu social” (Brasil, 1996, p. 18). As estruturas gramaticais se tornam estratégias de compreensão, interpretação e produção de textos, orais ou escritos, que são únicos quando enunciados, mas múltiplos quando associados aos diversos contextos (Brasil, 1996).

A compreensão da importância da língua como prática comunicativa afeta igualmente a forma de ensiná-la. A Língua Portuguesa deixa de ser disciplina que visa o domínio da norma culta e padrão para ser o ensino das competências textuais segundo as condições sociocomunicativas existentes, preparando o aluno para se expressar com sucesso nessas situações. Nas palavras de Ferreira (2001, p. 4) “[...] a linguagem existe na escola porque existe fora dela”. A compreensão do ensino de língua materna visando os contextos discursivos defendida pelos PCNEM é claramente influenciada por teóricos como Bakhtin, Dolz e Schneuwly.

Como consequência da mudança da legislação e dos parâmetros curriculares, ocorreu também a modificação na matriz de referência para a redação do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (Inep, 2015), prova que atualmente é usada como via de acesso ao Ensino Superior, além de validar a conclusão de curso dos alunos do nível médio. Em seu artigo sobre os gêneros textuais e as propostas de redação do Enem, Reinaldo (2002, p. 2) explica que os gêneros textuais se referem aos textos “[...] presentes nas práticas sociais cotidianas, com características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição típica [...]” e que tipos textuais, ou sequências textuais, estão relacionados com

<sup>4</sup> A *Lei de diretrizes e bases da educação nacional* (Brasil, 1996) feita pelo Ministério da Educação (MEC), decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, que na ocasião era Fernando Henrique Cardoso. Essa lei de nº 9.394/96 tem como finalidade principal estabelecer as diretrizes da educação nacional nos âmbitos da finalidade, do direito e dever de educar, da organização da educação nas modalidades da educação infantil, de jovens e adultos, profissionalizante, do ensino superior, entre outras.

estruturas linguísticas típicas, como escolha lexical e sintática, e organização das informações.

Assim como proposto nos PCN para o ensino de língua materna em geral, a produção textual deve ser também relacionada ao uso da língua em situações comunicacionais (Reinaldo, 2002). Erroneamente, os tipos textuais, principalmente o dissertativo-argumentativo, são entendidos como gêneros textuais ao invés de elementos que deveriam estar presentes em todos os gêneros (Reinaldo, 2002). Isso fica bastante claro nas propostas de redação tradicionais dos vestibulares e, por consequência, nas propostas de cursinhos pré-vestibulares, que têm como objetivo e razão de ser a aprovação do aluno. A compreensão de textos dissertativos-argumentativos como gênero textual reforça a ideia da produção de texto desvinculada do contexto sociocomunicativo (Reinaldo, 2002, p. 6). As redações devem contemplar

[...] a simulação de situações de práticas socialmente situadas da escrita, em que os textos solicitados ao aluno sejam reconhecidos como exemplares de uma ação simulada da experiência do aluno com os gêneros que circulam no espaço extra-escolar. Em tais simulações, como na vida além do espaço da sala de aula, o domínio linguístico está vinculado ao domínio de uma situação comunicativa.

Das cinco matrizes de referência para a produção textual no Enem (Inep, 2015), três estão relacionadas à construção da argumentação nas diferentes situações comunicativas ou gêneros textuais da proposta. São elas: a segunda, que se relaciona com o desenvolvimento da temática a partir da estrutura dissertativo-argumentativa em prosa; a terceira, que orienta para o dever do aluno de selecionar e organizar informações, articulando e argumentando em defesa do seu ponto de vista; e a quarta, que nos informa que o aluno deve conhecer os mecanismos linguísticos voltados para a construção argumentativa.

No edital do processo seletivo publicado pela Comissão Coordenadora do Vestibular (CCV) da Universidade Federal do Espírito Santo, as referências ao que se espera das produções de texto estão estritamente relacionadas ao plano proposto pelos PCNEM. Mais do que a capacidade de expressão culta da língua, a comissão avalia a capacidade do aluno – candidato a qualquer área de conhecimento – de compreender o tema proposto e os textos de apoio, assim como elaborar e confrontar dados e argumentos. Os critérios de correção da prova de redação estão também relacionados à adequação quanto ao tipo e gênero textuais, bem como ao tema proposto. A separação da tipologia e

do gênero nos critérios de correção ilustra a diferença entre ambos. O tipo textual dissertativo-argumentativo não está estritamente relacionado a um gênero textual específico, como um artigo de opinião, mas à estrutura lexical, argumentativa e prosaica, necessária em diversos gêneros.

Assim, a princípio, entende-se que a questão que propõe a escrita de um panegírico – como vimos, um gênero do discurso afeito à persuasão e, portanto, à argumentação – não está desvinculada de um tipo textual dissertativo-argumentativo, pois há a necessidade de argumentação própria da sua produção. Ao ligar o panegírico ao tema da ética, reforça-se ainda mais a vinculação do elogio com o texto de tipo deliberativo, ou de aconselhamento, visto que, ao elogiar algo ou alguém quanto à ética, facilmente o candidato ver-se-ia admoestando o leitor para que tomasse o exemplo do alvo do seu encômio.

No entanto, a proposta foi vista como inusitada, e talvez o desconhecimento do gênero epidítico, ou ainda a surpresa com o termo incomum, tenha levado ao burburinho que se seguiu à publicação do caderno de provas. Selecionamos, como exemplos, dois comentários divulgados pouco depois da aplicação da prova: o primeiro, de uma professora de redação e responsável por um blog sobre concursos e vestibulares, que chamaremos de V.<sup>5</sup>; e o segundo, de um professor de cursinho pré-vestibular da cidade de Vitória, que chamaremos de L. (Uma Análise..., 2014).

### Comentários acerca da proposta de redação

Em seu blog, a professora V. costuma comentar as diversas propostas de redação de vestibulares aplicados por todo o país, de faculdades públicas ou privadas, e do Enem. De uma maneira geral, a professora explica aos seus leitores como os textos devem ser produzidos, quais os tópicos a serem abordados, e quais os temas relacionados com o gênero discursivo proposto pela questão, analisando o sistema de prova tradicional do processo seletivo específico. Quanto à questão do vestibular da Ufes de 2015, a professora V. escreve um texto relativamente curto, que se inicia com uma crítica ao modelo tradicional das disciplinas de produção de texto, ainda separadas da Gramática e Literatura. Para ela, uma questão inovadora, como a do panegírico, desconstrói o trabalho dos professores de preparatórios para vestibulares que acabam reforçando o pensamento de que a produção de

<sup>5</sup> O nome do Blog e da professora foram omitidos para preservação do anonimato.

texto é algo artificial, separado dos muitos textos, escritos ou orais, que produzimos diariamente.

A professora V. afirma que, assim como explicado no enunciado, o que se espera do candidato é a produção de um elogio a algo ou alguém, utilizando, ainda, os textos de apoio, que são o verbete 'ética' do dicionário e o outdoor da MP publicidade. Aprofundando os apontamentos sobre o panegírico, a professora expõe características próprias do gênero, como a tendência para a oralidade, já que os panegíricos eram normalmente discursos, segundo a tradição clássica; a presença de um orador e de uma audiência marcada por um vocativo, ou seja, um texto direcionado a algum ouvinte; e uma ocasião à qual o elogio remete. Como ilustração do uso moderno do gênero, a professora V. cita algumas situações, como encerramento do ano letivo ou homenagem em reunião de professores.

Na tentativa de sugerir algumas temáticas que poderiam ser abordadas para a composição do panegírico na prova, a professora explica que o elogio pode ser feito a partir da atitude digna de algum cidadão, em oposição à sociedade capitalista, ou seja, a valorização da ética ao dinheiro que alguém possa ter em determinadas ocasiões. O que o candidato deveria fazer no desenvolvimento deste tema era, segundo a autora, amplificar alguma virtude, de preferência a ética, de algo, como a empresa de publicidade, ou de alguém. Outra sugestão para a escrita do panegírico, contrapondo os dois textos de apoio, era a mudança de valores devido aos diferentes contextos históricos, sociais e culturais, já que a ética como disciplina é o estudo dos valores de determinadas sociedades.

O segundo depoimento, o do professor de redação L., foi dado sob a forma de entrevista à rádio CBN Vitória (Uma Análise..., 2014), realizada pelo telefone, ao final do terceiro e último dia de provas do vestibular da Ufes daquele ano. Apesar de o entrevistador comentar sobre as três provas do vestibular, a de redação e as duas avaliações discursivas de cada área, o foco da entrevista foi a primeira, de redação, realizada no domingo, dia 14 de dezembro de 2014. A pergunta inicial do entrevistador foi "Qual é o balanço, professor L., que a gente pode fazer da avaliação do VestUfes2015?", e a resposta do professor foi afirmando que a prova estava, em sua opinião, muito fácil. Para o professor, a dificuldade da prova de redação do vestibular da Ufes se encontra na questão dissertativo-argumentativa, que, segundo o entrevistado, estava ausente da avaliação analisada (Uma Análise..., 2014).

O professor continuou explicando aos ouvintes da CBN, primeiramente, que há mais ou menos dez anos, desde que a CCV da Ufes adotara esse modelo de prova de redação, tinha havido questões no modelo dissertativo-argumentativo e carta, e que esse processo seletivo deixara surpresos os professores e alunos que trabalham e estudam com a finalidade de aprovação. O professor criticou então a ausência de questão argumentativa, defendendo a absoluta necessidade de que o aluno ingresse na universidade sabendo escrever um texto defendendo e argumentando a favor de um posicionamento, visto que os alunos recebem preparação para isso no ensino médio. Segundo L., a prova de redação da Ufes é a única, em todos os vestibulares do Brasil, que não diz ao aluno quais gêneros serão cobrados, prejudicando, de acordo com o entrevistado, o trabalho do professor, que acaba propondo grande quantidade de produções textuais – o próprio L. afirma que trabalhou mais de trinta gêneros com seus alunos (Uma Análise..., 2014).

A crítica do professor, contudo, parece não estar vinculada aos PCNEM vigentes, se levarmos em conta que estes buscam direcionar a produção textual a partir da oralidade, sendo o texto escrito estritamente relacionado às situações comunicativas. Compomos panegíricos diariamente, quando escrevemos para uma empresa agradecendo um bom serviço prestado, quando felicitamos aqueles que são próximos, quando falamos bem do trabalho de um colega, dentre tantas outras ocasiões cotidianas, orais e escritas.

Continuando a sua análise sobre a prova de redação da Ufes, e em especial sobre a proposta de escrita do panegírico, L. afirma que, apesar do estranhamento quanto ao gênero e, principalmente, à palavra, que era desconhecida por grande parte dos alunos e professores, a questão não apresentava alto grau de dificuldade, antes de tudo porque o enunciado da questão explicava o que é um panegírico. A crítica do professor, então, quanto à questão, girou sobre a temática, que, segundo ele, media apenas a criatividade do aluno. Além disso, segundo o professor, a correção da questão seria feita de maneira subjetiva devido à subjetividade do próprio tema, já que na questão não havia nenhuma outra proposta, a não ser a escrita de um elogio a algo ou a alguém (Uma Análise..., 2014).

A crítica mais contundente foi, de fato, quanto à ausência do texto argumentativo, tópico retomado a partir dos quatro minutos de entrevista. Como as demais questões propunham narrativa e descrição, não havia, na opinião do comentador, questão argumentativa na avaliação, pois um discurso elogioso não se encaixaria na defesa de um ponto de

vista; e, sem uma questão argumentativa, seria difícil avaliar o aluno que está entrando na universidade (Uma Análise..., 2014).

A opinião apresentada pelo professor, porém, desconsidera dois aspectos da questão criticada. Por um lado, a questão fornecia dois textos de apoio sobre a ética, um verbete e um outdoor, que deveriam ser utilizados na produção de texto, já que a falta do diálogo da redação com os textos de apoio prevê a anulação da questão, segundo os critérios de correção da prova de redação do processo seletivo estabelecidos pela CCV. Logo, o candidato que apenas usasse de sua criatividade, fazendo um texto elogioso a algo ou alguém, ignorando, portanto, a coletânea apresentada, estaria demonstrando falta de familiaridade com os critérios de correção da prova, critérios esses explicitados pela CCV e que deveriam estar sob a mira de candidatos e de todos os que colaboram com a preparação desses candidatos. Em que pese a criatividade como elemento instigante na escrita, ela não parece ser mais necessária na escrita do panegírico do que em outros textos. Por outro lado, a visão do texto elogioso como apenas expositivo, e não informativo e argumentativo, já foi refutada desde os retores da Antiguidade até os mais recentes trabalhos da ‘nova retórica’, como vimos. Ao se fazer um elogio é necessário identificar claramente o objeto do elogio, as razões que o fazem elogiável, oferecer provas das virtudes apontadas, sob pena de soar falso. Como aponta Perelman (1999), o epidítico sustenta a argumentação, e também para ele são necessárias

[...] técnicas dialéticas e retóricas, indispensáveis quando se tem de lidar com o elogio e a crítica, com o justo e o injusto, com o oportuno e o inoportuno, ou seja, as técnicas que devemos utilizar para examinar e expor de uma forma racional os problemas referentes aos valores (Perelman, 1999, p. 178).

Na composição de elogios que fazemos cotidianamente, louvamos outra pessoa ou algo a fim de dar credibilidade ao que afirmamos, para que consigamos persuadir nosso interlocutor. Isto quer dizer que o panegírico não é somente um gênero que necessita de argumentos para ser construído, mas é também o argumento em outros gêneros, muito próximo ao que era usado na Antiguidade, em que o elogio funcionava como estratégia persuasiva dentro dos gêneros judicial e deliberativo. Contemporaneamente, fazemos o mesmo.

Por fim, a crítica do professor à CCV, quanto à ausência de uma lista de gêneros que poderiam ser encontrados na prova, mostra ainda um descompasso com a proposta dos PCNEM. Em

consonância com estes, na área de Língua Portuguesa, as provas do vestibular da Ufes têm se distanciado dos posicionamentos tradicionais quanto à disciplina, quanto à língua e gramática, e têm tido questões focadas na interdisciplinaridade, como preveem os PCNEM. A prova de redação, com destaque à questão do panegírico, mostra o desprendimento quanto aos gêneros tradicionais e busca elevar as competências textuais aos níveis das orais.

### **Exemplos de como trabalhar com o elogio e a censura nos ensinos fundamental e médio**

Propostas de produções textuais para os Ensinos Fundamental e Médio que contemplam esse trânsito entre os gêneros orais e escritos e buscam mais a competência linguística do que estratégias de aprovação já usam das características do panegírico, mesmo que não nomeiem o gênero como tal. Como exemplo, podemos citar uma proposta encampada por várias escolas no ano de 2015, a partir de uma competição apresentada pela Marinha do Brasil. O concurso de redações com o intuito de promover a ‘Operação cisne branco’ (Brasil, 2015), além de despertar o interesse nos jovens, alunos e professores para o tema dos ‘poderes naval’ e ‘marítimo’ e sua importância para a Amazônia Azul, ofereceu premiação para as melhores redações em nível escolar, municipal, regional e nacional: de medalhas e passeio no navio ‘Cisne branco’, até laptops e troféus. Além da divulgação no site das melhores redações em nível nacional, as instituições de ensino receberam certificados pela divulgação das questões que envolvem a Marinha do Brasil.

Com os temas ‘A importância da Marinha do Brasil para a sociedade’ e ‘A ‘Amazônia Azul’ e o meio ambiente’, a competição, conforme explicitado no site da Marinha do Brasil (MB), tinha como objetivo a divulgação dos trabalhos da marinha. Por isso, entendemos que, tendo em vista a finalidade de promoção apresentada pelos documentos que divulgaram o concurso de redação, a argumentação devia se basear na exaltação do poder marítimo, naval, além das operações realizadas pela MB para a preservação da Amazônia Azul, do comércio e das patrulhas de fiscalização. Os professores e alunos engajados em tal proposta deveriam, sem dúvida, escrever um texto elogioso à MB e seus projetos, argumentando a sua importância e demonstrando seus benefícios; em suma, um panegírico ou texto com características epidíticas foi sem dúvida o fruto dessa empreitada.

O segundo exemplo de proposta de redação cuja argumentação é baseada também no gênero epidítico, como entendido pela retórica antiga, foi apresentado pela Fuvest (2013), vestibular da Universidade de São Paulo, no ano de 2013. A partir de uma imagem de propaganda de um cartão de crédito, não nomeado na questão, com o slogan 'Aproveite o melhor que o mundo tem a oferecer com o Cartão de Crédito X', a proposta era discutir a mensagem da propaganda, dialogando com os valores da sociedade moderna. O texto deveria ser escrito em prosa e o aluno deveria defender seu posicionamento. Neste caso, uma possibilidade de produção de texto poderia ser a censura aos valores da sociedade atual, como a falta de ética, a corrupção, a importância dada ao ter em oposição ao ser, a valorização de *shoppings* e lojas a teatros e bibliotecas, e assim por diante. Poder-se-ia destacar também estados psicológicos comuns nas sociedades capitalistas, como depressão, megalomania, cleptomania. Os argumentos a favor do ponto de vista do candidato que se posicionasse contra o modelo econômico capitalista poderiam, então, girar em torno dos vícios da sociedade citados acima, no que em suma seria um texto de caráter epidítico, na chave do vitupério – ainda que o candidato não soubesse assim nomeá-lo.

### Considerações finais

Buscamos as considerações sobre o panegírico na retórica antiga, e vimos que, ainda na Antiguidade, existiam diferentes abordagens sobre a relevância do gênero em diferentes períodos, mas que ele fazia parte do rol tradicional de gêneros textuais próprios da retórica e, portanto, úteis à persuasão e à argumentação, um caráter reforçado por estudos modernos sobre o discurso.

O processo seletivo da Ufes de 2015 surpreendeu muitos daqueles que se preparam para os exames vestibulares todos os anos, não somente os alunos, mas também os professores de cursos preparatórios, como vimos a partir das observações dos depoimentos analisados. Se, por um lado, o estranhamento com a proposta e com o gênero textual foi um complicador para a aprovação do aluno, por outro lado, serviu para que os professores e as escolas repensassem suas estratégias de ensino.

A proposta de redação do vestibular estava adequada ao que está previsto pelos PCN de Língua Portuguesa. Essa disciplina deve estar sempre em conexão com as outras, assim como com as experiências dos alunos. O ensino de língua materna não deve ter como preocupação precípua a

nomenclatura ou as normas, mas, sim, o uso, necessariamente variado e atrelado a questões sociais e culturais, historicamente determinadas. A preparação, mais que para uma prova que aborda um gênero textual, deve ser para que o aluno-cidadão possa se posicionar diante das variadas situações cotidianas. Se a produção do texto escrito se relaciona com a produção oral e com as situações cotidianas, a proposta de escrita do panegírico está ainda adequada ao indicado pelos PCN, pois a prática do elogio está disseminada na vivência cotidiana, de forma oral e escrita. Ao que parece, o estranhamento provocado pela proposta se dá mais pelo desejo de manutenção do modelo tradicional de produção de texto, que enxerga os gêneros textuais escritos como fórmulas a serem aprendidas e aplicadas, do que pelo fato de se ter usado em seu enunciado um nome, panegírico, cujo uso é mais infrequente do que sua prática.

### Referências

- Alexandre Junior, M. (2005). Introdução. In Aristóteles. *Retórica*. (M. Alexandre Junior, P. F. Alberto, & A. N. Pena, trad., p. 13-64). Lisboa, PT: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- Antunes, I. (2005). *Lutar com as palavras: coesão e coerência*. São Paulo, SP: Parábola.
- Aristóteles. (2005). *Retórica*. (M. Alexandre Junior, P. F. Alberto, & A. N. Pena, trad.). Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- Bertacchi, A. R. (2014). *O Panegírico, de Isócrates: tradução e comentário* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brasil. (1971). *Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LBDEN)*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LBDEN)*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).
- Brasil. (2000). *Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio)*. Brasília, DF: MEC.
- Brasil. (2015). *Marinha do Brasil: operação cisne branco*. Recuperado de <https://www.mar.mil.br/hotsites/ocb2015/html/download.html>.
- Braund, S. M. (2012). Praise and protreptic in early imperial panegyric: Cicero, Seneca, Pliny. In R. Rees (Ed.), *Latin panegyric* (p. 85-108). New York, NY: Oxford University.
- Burgess, T. C. (1902). *Epideictic literature*. Chicago, IL: University of Chicago.
- Cícero, M. T. (2005). *Retórica a Herênio*. (A. P. C. Faria, & A. Seabra, trad.). São Paulo, SP: Hedra.

- Curtius, E. R. (1996). *Literatura europeia e idade média latina*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Ferreira, N. S. A. (2001). Ainda uma leitura dos parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa. *Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas*, 1(2), 20-27.
- Fundação Universitária para Vestibular [FUVEST]. (2013). *Segunda fase – 1º dia – 06/01/2013*. Recuperado de: [http://www.fuvest.br/vest2013/provas/fuv2013\\_2fase.dia1.pdf](http://www.fuvest.br/vest2013/provas/fuv2013_2fase.dia1.pdf)
- Habinek, T. (2005). *Ancient rhetoric and oratory*. Oxford, UK: Blackwell.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2015). *Matriz de referência para o Enem 2015*. Brasília, DF: MEC.
- Perelman, C. (1999). *Retóricas*. (M. E. Pereira, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Perelman, C. (2004). *Lógica jurídica: nova retórica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Pernot, L. (1993). *La rhétorique de l'éloge dans le monde gréco-romain*. Paris, FR: Institut d'Études Augustiniennes.
- Pernot, L. (2005). *Rhetoric in antiquity*. (W. E. Higgins, trad.). Washington, DC: The Catholic University of America.
- Quintilian. (1996). *Institutio oratoria*. (H. E. Butler, trad.). Cambridge, MA: Harvard University.
- Rees, R. (2007). Panegyric. In W. Dominik, & J. Hall (Org.), *A companion to roman rhetoric* (p. 154-166). Malden, MA: Blackwell.
- Reinaldo, M. A. G. M. (2002). Que concepções teóricas de gênero textual estão subjacentes às questões discursivas do ENEM. *Revista do GELNE*, 4(1), 1-8.
- Rosati, G. (2006). Luxury and love: the encomium as aestheticisation of power in flavian poetry. In R. R. Nauta, H. J. Van Dam, & J. J. L. Smolenaars, *Flavian poetry* (p. 41-48). Leiden, NE: Brill.
- Russell, D. A., & Wilson, N. G. (Ed.). (1981). *Menander rhetor*. Oxford, UK: Oxford University.
- Scatolin, A. (2009). *A invenção no do orador de Cícero* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Smith, C. J., & Dominik, W. (2011). Introduction: praise and blame in roman oratory. In C. J. Smith, & R. Corvino (Ed.), *Praise and blame in roman republican rhetoric* (p. 1-15). Swansea, UK: Classical Press of Wales.
- Uma Análise sobre a prova de redação do vestibular da Ufes*. (2014). Radio CBN Vitória.
- Universidade Federal do Espírito Santo [UFES]. (2015). *Prova de Redação*. Recuperado de: [http://www.ccv.ufes.br/sites/default/files/PS2015\\_Reda%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.ccv.ufes.br/sites/default/files/PS2015_Reda%C3%A7%C3%A3o.pdf).
- Valle, L. (2001). Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar a ética? *Educação & Sociedade*, 22(76), 175-196.

Received on October 19, 2016.

Accepted on January 25, 2018.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.